



UE e Japão concluem Acordo de
Comércio, o maior da
história do bloco 2

França avança pedido por
investment screening na UE 3

BREXIT: frustração marca o início
das negociações 5

INFORMATIVO DE BRUXELAS



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

Negociações UE-Mercosul avançam em Bruxelas com apostas de conclusão ainda este ano

Ocorreu em Bruxelas entre os dias 3 e 7 de julho a XXVIII Reunião do Comitê de Negociações Birregionais Mercosul – União Europeia. O encontro foi o terceiro desde a última troca de ofertas em maio do ano passado, e marcou a aceleração do processo negociador, o qual se espera avançar de modo substancial ao longo do semestre.

Em inúmeras ocasiões a União Europeia declarou ter a intenção de concluir um “acordo político” – efetivamente, a conclusão quase integral do acordo de comércio, incluindo principais concessões e deixando apenas detalhes técnicos a serem trabalhados - com o Mercosul no final deste ano, possivelmente às margens da 11a Conferência Ministerial da OMC em dezembro, na Argentina. Do lado do Mercosul, sobretudo o Brasil, discussões sobre prazos foram tratadas com cautela, mas garantias de comprometimento com o avanço foram claras. Até o final do ano, grupos técnicos se reunirão mensalmente.

Progresso foi alcançado em muitas áreas na última rodada. Segundo a Comissão Europeia, o objetivo de se chegar a textos consolidados com o menor número de diferenças de posicionamento foi “amplamente alcançado”. Textos em fase de finalização incluem Aduana e Facilitação de Comércio,

Assistência Administrativa Mútua, Serviços Financeiros, e Movimento de Capital e Pagamentos. Progresso significativo foi também alcançado em textos como Compras Governamentais, Indicações Geográficas, Desenvolvimento Sustentável, Solução de Controvérsias, entre outros.

Durante eventos em Bruxelas paralelos à rodada, negociadores tiveram diversas oportunidades de intercâmbio com o setor privado europeu e do Mercosul, e representantes da sociedade civil. Questões como o capítulo de desenvolvimento sustentável e as quotas tarifárias para produtos considerados sensíveis na UE foram levantadas em diferentes ocasiões.

Segundo afirmou a negociadora europeia Sandra Gallina, a proposta de texto de desenvolvimento sustentável apresentada pelo Mercosul teria “surpreendido” por seu alto nível de ambição, estando já em estágio avançado de consolidação. O otimismo em relação a tais provisões é bem-vindo diante da crescente importância associada a capítulos de desenvolvimento sustentável para a aprovação de acordos de comércio pelo Parlamento Europeu.

Sobre produtos considerados sensíveis, europeus reconhecem a necessidade de proteção por meio

continua

de quotas tarifárias, mas descartam sua exclusão das negociações. Em resposta a agricultores, Gallina ressaltou o “custo” de tal proteção ao lado europeu nas negociações. “Há uma enorme diferença entre nossas ofertas: temos quotas tarifárias e eles não”, lembrou a negociadora.

Tais questões de sensibilidade elevada deverão ser colocadas na mesa após eleições alemãs ao final de setembro. A próxima Reunião da CNB, que se dará sob a presidência *pro tempore* brasileira no Mercosul, terá lugar de 2 a 6 de outubro em Brasília.

UE e Japão concluem Acordo de Comércio, o maior da história do bloco

Após quatro anos e 18 rodadas de negociação, a UE e o Japão concluíram “em princípio” seu Acordo de Parceria Econômica no último dia 6 de julho. O Acordo é o maior já negociado pela UE e sua entrada em vigor é esperada para o início de 2019.

A conclusão “em princípio” significa que existem detalhes técnicos ainda a serem negociados em áreas como cooperação regulatória, e capítulos que foram deixados de fora, como proteção a investimentos. A expectativa é de que o Acordo seja finalizado em sua integridade até o final deste ano.

No tocante a linhas tarifárias, o Japão eliminará 97% das tarifas no comércio bilateral, com cestas que chegam até 15 anos, mas com 86% das linhas já liberalizadas na entrada em vigor do Acordo. Já a UE irá liberalizar 99% das linhas tarifárias ao longo do prazo de desgravação, sendo 97% no momento de entrada em vigor do Acordo. As únicas exclusões mútuas do Acordo foram em arroz e algas marinhas.

“Queijos por carros”

Europeus celebraram o acordo como sendo uma vitória para a agricultura do bloco. O tema foi motivo de impasse ao longo das negociações devido à resistência dos japoneses em abrir seu mercado agrícola. Ao final, europeus conseguiram negociar a liberalização de 85% das linhas tarifárias para produtos agrícolas no país asiático.

Exportações europeias de carne suína, principal exportação agrícola da UE para o Japão, terão tarifas reduzidas, enquanto carne suína processada será liberalizada. Vinhos, segunda maior exportação agrícola do bloco para o país, e que atualmente enfrentam tarifas de 15% em média, também serão liberalizados, assim como queijos (*hard cheeses*), aos quais se aplicam atualmente tarifas de até 29%. O acordo garantiu ainda a proteção de mais de 200 indicações geográficas europeias no Japão.

Do lado japonês, a principal ofensiva é no setor automotivo – origem do apelido de “carros por queijos” dado ao Acordo em Bruxelas. O setor foi fonte de resistência do lado europeu durante as negociações. Ao final, foram liberalizadas todas as linhas tarifárias para carros com um período de transição de 7 anos.

A disparidade nos níveis de liberalização no Acordo e o período de transição reduzido para liberalização de exportações japonesas foram compensados por meio de redução de barreiras não tarifárias pelo Japão. Em troca da liberalização de linhas tarifárias para carros, japoneses se comprometeram a adequarem-se aos padrões internacionais no setor automotivo. Segundo a Comissão Europeia, a medida poderá beneficiar exportadores europeus, que atualmente necessitavam de duas linhas produtivas para exportar ao Japão.

Trump, Japão e Mercosul

O sucesso na finalização do Acordo, que por meses se encontrava em impasse, foi associado por especialistas ao fim da Parceria Transpacífico (TPP). Com a saída unilateral dos Estados Unidos do Acordo, já no início do governo Trump, japoneses não apenas passaram a priorizar o Acordo com a UE, mas também cederam ao bloco europeu abertura nos setores agrícolas, até então destinada ao TPP.

Do mesmo modo, a conquista de ganhos para agricultores europeus poderá fortalecer a posição da Comissão Europeia para realizar concessões no setor em outros acordos. Em reunião com stakeholders europeus, o negociador-chefe do Acordo com o Japão, Mauro Petriccione, chegou a brincar que já que “os japoneses foram generosos nas negociações [...] a UE poderá ser generosa com o Mercosul”.

Proteção de investimentos permanece indefinida

O capítulo de proteção de investimentos deverá ser discutido até o final do ano. Os japoneses expressaram preferência pela manutenção do sistema antigo de Resolução de Disputas Investidor-Estado, (ISDS, em inglês). A opção não seria aceitável do lado europeu onde há forte resistência a tal modelo por Estados-Membros e pelo Parlamento Europeu. Por sua vez, a proposta da UE de Sistema de Cortes de Investimento, incluída no Acordo no Canadá, não seria aceitável para os japoneses.

O desfecho mais provável nos próximos meses é de que proteção de investimentos seja deixada de

fora do Acordo, não apenas pela falta de alinhamento entre as partes, mas também em termos processuais de ratificação do Acordo na UE. Por se tratar de uma matéria de competência nacional, disposições sobre proteção de investimentos devem ser ratificadas por Parlamentos Nacionais, o que retardaria a ratificação do Acordo no lado europeu.

Tais entraves à ratificação criados pela inclusão de proteção de investimentos em acordos de comércio não deverão ter impacto algum no caso do Acordo UE-Mercosul, cujo mandato negociador não incluiu proteção de investimentos.

França avança pedido por *investment screening* na UE

A Comissão Europeia tem se visto sob crescente pressão de Estados-Membros, como França, Alemanha e Itália, pela publicação de proposta para um quadro regulatório de análise de investimentos a nível europeu. A agenda, que ganhou tração com a eleição de Emmanuel Macron, visa munir europeus contra a tomada, por investidores estrangeiros, principalmente chineses, de empresas europeias em setores considerados estratégicos.

O crescimento dos investimentos estrangeiros diretos da China na Europa (segundo estudo da Ernst & Young, em 2016 o nível de IED foi de 80 bilhões de euros, equivalente à soma dos dez anos precedentes) é interpretada por alguns países na UE como uma ofensiva industrial, com o objetivo de posicionar futuramente a China dentre os grandes players em setores de alta tecnologia. Além de questões de segurança nacional diversas vezes levantadas, os *take-overs* chineses são vistos como problemáticos sob a ótica da competição por serem em grande parte apoiados pelo Estado chinês dentro do plano *Made in China 2025*¹.

Além da França, a Alemanha tem dado visibilidade a esta agenda, sobretudo desde a compra da fabricante de robôs alemã Kuka por uma empresa chinesa no ano passado. Divisões internas persistem, no entanto, no próprio governo alemão quanto à abordagem a ser utilizada. Segundo declarações

do Secretário de Estado para Assuntos Econômicos do país, Matthias Machnig, haveria resistência em alguns dos ministérios quanto à determinação de “setores estratégicos” ou “indústrias-chave” para critérios de análise de investimento.

O caráter divisivo do tema pode ser percebido na última Cúpula do Conselho Europeu, em Bruxelas. Na ocasião, Macron propôs o estabelecimento de um sistema de *investment screening* a nível europeu. A oposição à proposta se fez presente no debate entre líderes, como sinalizado na linguagem enfraquecida nas conclusões da Cúpula.

Neste contexto, França e Alemanha concordam acerca da necessidade de mudanças no quadro regulatório europeu de modo a permitir aos Estados-Membros “melhor proteger indústrias estratégicas europeias nos casos de investimentos estrangeiros diretos que se beneficiem de subsídios de Estados terceiros ou que sejam parte da estratégia industrial de um país terceiro”. Não há, porém, consenso sobre a forma que tal regulação assumiria. Ambos os países indicaram que cada Estado-Membro deveria ter a liberdade de implementar -ou manter- o sistema de análise de investimento que julgar adequado.

A Comissão, por sua vez, tem sinalizado dificuldades em conciliar tal proposta com o regulamento

1 - O plano é uma estratégia de política industrial que visa tornar a China autossuficiente nos principais setores até 2025.

européu. Segundo documento interno vazado em Bruxelas, opções “leves” e “duras” estariam sendo consideradas.

No primeiro grupo estariam diretrizes voluntárias e requerimentos de transparência para investidores estrangeiros quanto a subsídios, por exemplo. Segundo a Comissão, no entanto, estes últimos poderiam ser vistos como discriminatórios, dado que obrigações similares inexistem para investidores europeus.

Dentre as políticas mais “duras” em consideração estaria um mecanismo europeu que permita de fato o investment screening por Estados-Membros. Oposição a esta opção, no entanto, já seria prevista por países marcadamente liberais, como Suécia e Países Baixos, e também aqueles onde

há forte presença de investimento chineses, como República Tcheca e Portugal.

Além dos desafios em compatibilizar tal regulação com o direito europeu, a questão encontra limites nas regras internacionais de comércio. Política industrial não consta entre as motivações aceitáveis para o impedimento de investimentos segundo o Acordo Geral do Comércio de Serviços (GATS) da Organização Mundial de Comércio (OMC).

Segundo anunciou o Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, nenhuma decisão acerca de uma proposta teria sido tomada ainda. Na mesma linha, a Comissária europeia para o Comércio, Cecilia Malmström, se mostrou reticente, afirmando ser necessário analisar o que é “legalmente possível”.

Acordos comerciais e parcerias: atualização

■ México

A [quarta rodada](#) de negociações para a modernização do pilar de comércio do Acordo UE-México teve lugar de 21 a de junho a 5 de julho na Cidade do México. O encontro foi seguido por uma troca de ofertas de acesso a mercado para agricultura, serviços e compras governamentais, que oficiais europeus declaram ser satisfatória. A Comissão Europeia afirma esperar a conclusão do Acordo com o México até dezembro. Juntamente com o Acordo com o Japão (já finalizado) e o Acordo UE-Mercosul, o Acordo UE-México figura entre as prioridades da Comissão Europeia para este ano.

■ Nova Zelândia e Austrália

A publicação dos mandatos de negociação para os Acordos UE-Austrália e UE-Nova Zelândia, esperada para o mês de junho, foi adiada para setembro. Os mandatos negociadores do Conselho são necessários à abertura de negociações pela Comissão Europeia.

Segundo informou a Comissão, o atraso teria se dado devido à opinião da Corte Europeia de Justiça, publicada no mês de junho, a qual afirmou serem de competência da União todas as previsões de acordos de comércio à exceção de proteção de investimentos, que necessitaria aprovação de Parlamentos Nacionais. Na prática, a Comissão estaria então avaliando a divisão dos Acordos de modo a separar provisões de competência nacional e permitir um processo mais célere de ratificação. O Vice-Presidente da Comissão Jyrki Katainen declarou ser favorável e tal abordagem.

Mesmo sem mandato negociador, o Parlamento Europeu já começou a debater os dois acordos. Relatórios preliminares sobre os Acordos com a [Austrália](#) e [Nova Zelândia](#) já estão disponíveis.

BREXIT: frustração marca o início das negociações

A segunda rodada de negociações para a saída do Reino Unido da União Europeia teve lugar de 17 a 20 de julho em Bruxelas com avanços pouco expressivos. Impasse foi alcançado nos temas prioritários colocados na mesa, a saber direitos dos cidadãos e o “acerto financeiro” a ser pago pelo Reino Unido. O desfecho, considerado negativo, levanta mais uma vez dúvidas sobre a real possibilidade de acordo entre as partes dentro do prazo previsto para o desligamento do país em março de 2019.

Do lado europeu as declarações sinalizaram frustrações e impressão de despreparo dos negociadores britânicos para a segunda rodada Brexit – que efetivamente foi a primeira a tratar de questões substanciais. Segundo o negociador-chefe europeu, Michel Barnier, a posição do Reino Unido não era clara em diversas questões. No tema do acordo financeiro, por exemplo, Barnier afirmou que o esclarecimento da posição do Reino Unido seria “indispensável” ao progresso nas negociações.

A soma estimada para a “conta Brexit” é composta de diversos fatores e já chegou a apontar 100 bilhões de euros. Seria cobrada, por exemplo, a parcela dos britânicos em investimentos europeus realizados nos últimos anos (e.g. em infraestrutura) e que ainda não foram pagos; compromissos firmados sobre projetos a serem executados em 2019 e 2020; custos relativos à aposentadoria de funcionários britânicos nas instituições europeias; além de um passivo contingente para possíveis despesas com empréstimos e garantias da UE.

Sobre este ponto, o distanciamento entre as duas partes é marcante. Após rejeição pelo Reino Unido da demanda europeia para que o país apresente uma metodologia de cálculo para o acordo

financeiro, Davis, negociador-chefe britânico chegou mesmo a questionar a existência de soma a ser paga a Bruxelas. O Secretário de Assuntos Estrangeiros do país, Boris Johnson, foi ainda mais longe e declarou que a UE poderia “assobiar” se espera que o Reino Unido pague a conta. Em resposta, Barnier afirmou que não ouvia assobios, apenas o contar o relógio.

Outra questão de relevância colocada na mesa foram os direitos dos cidadãos em um cenário pós-Brexit. Neste âmbito, o impasse se deu diante da demanda europeia para que disputas legais envolvendo cidadãos da UE no Reino Unido sigam sendo adjudicadas pela Corte Europeia de Justiça. A demanda foi rejeitada pelos britânicos que interpretam o pedido como imposição do direito do bloco sobre o que será um país terceiro. O debate se tornou ainda mais contencioso diante da demanda britânica por inspeções de fichas criminais de cidadãos europeus que solicitem residência no Reino Unido, proposta rechaçada por Bruxelas.

As visíveis dificuldades de conciliação das partes tornam cada vez menos provável haver grandes avanços até o mês de outubro, quando a primeira parte das negociações deveria ser finalizada. A posição do lado europeu desde o princípio do processo Brexit é de que as futuras relações comerciais entre a UE e o Reino Unido somente poderão ser discutidas uma vez que “progresso significativo” seja alcançado nos chamados “termos de divórcio” ou acordo de saída. As três questões de especial relevância nesta primeira fase seriam o acerto financeiro, os direitos dos cidadãos e o funcionamento da fronteira do Reino Unido com a Irlanda, única fronteira terrestre do país com a UE. Desta lista, dois pontos estão em impasse e o terceiro ainda não começou a ser tratado.



AGENDA

(Instituições Europeias se encontram em recesso no mês de agosto)

04-08/09	Bruxelas, Bélgica <ul style="list-style-type: none">Encontro Interseccional do Comitê de Negociações Birregionais Mercosul – União Europeia.
06-08/09	Tallinn, Estônia <ul style="list-style-type: none">Reunião informal de ministros de defesa e assuntos estrangeiros.
11-14/09	Estrasburgo, França <ul style="list-style-type: none">Sessão Plenária do Parlamento Europeu. A agenda provisória já está disponível.